

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha
Sede social: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, 18
Natureza da atividade: Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

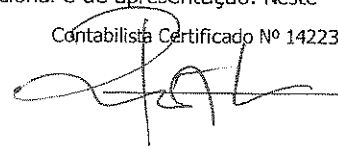
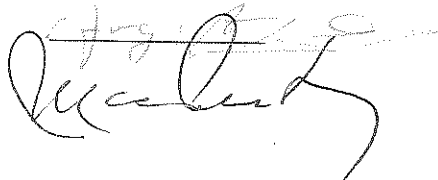
As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste



sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "activos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de activos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objecto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua actividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os activos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respectivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridas.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de activos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial".

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwil", sendo reconhecido no activo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade. Caso a diferença seja negativa ("Goodwil negativo"), é reconhecido na demonstração dos resultados

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa é isenta de IRC

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e os todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

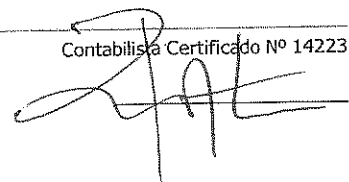
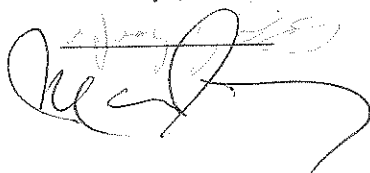
Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento activos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respectivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.6. Efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da detecção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

Não aplicável



Descrição	Norma	Efeitos no período anterior	Efeitos no período corrente	Efeitos em períodos seguintes
Aplicação inicial de uma norma				
Alteração voluntária políticas contabilísticas				
Alteração estimativas contabilísticas				
Erros materiais				
Total				

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento s AFT	TOTAL
Valor bruto no início	803 698,10	3 101 819,13	483 819,43	446 818,01	149 032,08		46 035,04	8 410,74		5 039 632,53
Depreciações acumuladas		1 095 336,50	471 231,77	353 092,01	145 752,72		44 890,22			2 110 303,22
Saldo no início do período	803 698,10	2 006 482,63	12 587,66	93 726,00	3 279,36		1 144,82	8 410,74		2 929 329,31
Variações do período		(68 409,33)	8 510,76	(23 431,50)	(1 928,64)		35 789,45			(49 469,26)
Total de aumentos		42 372,66	15 830,10				43 697,34			101 900,10
Aquisições em primeira mão		42 372,66	15 830,10				43 697,34			101 900,10
Total diminuições		110 781,99	7 319,34	23 431,50	1 928,64		7 907,89			151 369,36
Depreciações do período		67 781,99	7 319,34	23 431,50	1 928,64		7 907,89			108 369,36
Alienações		43 000,00								43 000,00
Outras transferências		0,00	0,00							0,00
Saldo no fim do período	803 698,10	1 938 073,30	21 098,42	70 294,50	1 350,72		36 934,27	8 410,74		2 879 860,05
Valor bruto no fim do período	803 698,10	3 094 191,79	499 619,53	367 995,80	149 032,08		89 732,38	8 410,74		5 017 210,42
Depreciações acumuladas no fim do período		1 156 118,49	478 551,11	297 701,30	147 681,36		52 798,11			2 137 850,37

Quadro comparativo:

Descrição	Terras e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	802 111,89	3 063 048,76	483 352,03	329 660,51	149 032,08		46 035,04	8 410,74		4 881 651,05
Depreciações acumuladas		1 030 592,28	464 621,51	329 660,51	143 824,06		40 835,42			2 009 533,78
Saldo no início do período	802 111,89	2 032 456,48	18 730,52		5 208,02		5 199,62	8 410,74		2 872 117,27
Variações do período	1 586,21	(25 973,85)	(6 142,86)	93 726,00	(1 928,66)		(4 054,80)			57 212,04
Total de aumentos	1 586,21	39 797,59	467,40	117 157,50						159 008,70
Aquisições em primeira mão	1 586,21	39 797,59	467,40	117 157,50						159 008,70
Total diminuições		65 771,44	6 610,26	23 431,50	1 928,66		4 054,80			101 796,66
Depreciações do período		64 744,22	6 610,26	23 431,50	1 928,66		4 054,80			100 769,44
Outras diminuições		1 027,22								1 027,22
Outras transferências			0,00				0,00			0,00
Saldo no fim do período	803 698,10	2 006 482,63	12 587,66	93 726,00	3 279,36		1 144,82	8 410,74		2 929 329,31
Valor bruto no fim do período	803 698,10	3 101 819,13	483 819,43	446 818,01	149 032,08		46 035,04	8 410,74		5 039 632,53
Depreciações acumuladas no fim do período		1 095 336,50	471 231,77	353 092,01	145 752,72		44 890,22			2 110 302,22

5 - Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desanvolvidos	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			204,18					204,18
Amortizações acumuladas totais no fim do período			204,18					204,18
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			204,18					204,18
Amortizações acumuladas			204,18					204,18
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

7 - Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

O inventário encontra-se mensurado pelo seu custo de compra, o qual inclui, além do seu preço de compra, todos os gastos adicionais de compra, assim como descontos comerciais e abatimentos

7.2. Quantia escriturada de inventários

Administração/ Gerência

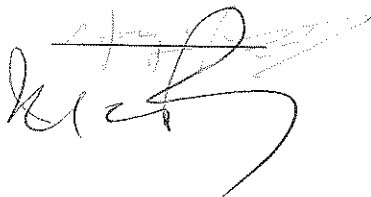
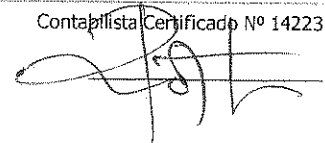
Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		5 757,93	5 757,93		5 757,93	5 757,93
Compras		314 204,95	314 204,95		263 664,68	263 664,68
Reclassificação e regularização de Inventários						
Inventários finais		6 064,36	6 064,36		5 757,93	5 757,93
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		313 898,52	313 898,52		263 664,68	263 664,68
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8 - Rendimentos e gastos

8.2. **Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	1 045 643,83	958 147,52
Outros réditos	151 307,48	79 151,52
Total	1 196 951,31	1 037 299,04

8.3. **Discriminação dos fornecimentos e serviços externos**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	160 940,83	103 271,76
Trabalhos especializados	24 214,16	21 180,71
Vigilância e segurança	1 283,04	1 577,29
Honorários	52 975,13	51 197,76
Comissões	5 412,00	
Conservação e reparação	76 927,49	29 316,00
Outros	129,01	
Materiais	30 609,95	33 297,18
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	23 737,45	27 772,98
Material de escritório	1 565,10	2 979,96
Artigos para oferta	2 679,39	1 192,30
Outros	2 628,01	1 351,94
Energia e fluidos	103 425,27	71 046,36
Eletricidade	36 916,92	41 694,35
Combustíveis	9 505,79	6 350,06
Água	12 014,27	316,36
Outros	44 988,29	22 685,59
Deslocações, estadas e transportes	2 124,51	69,39
Deslocações e estadas	1 943,50	69,39
Outros	181,01	
Serviços diversos	96 341,72	81 556,07
Rendas e alugueres	2 660,00	
Comunicação	2 105,54	2 334,93
Seguros	8 273,01	7 812,68
Contencioso e notariado	575,00	236,88
Limpeza, higiene e conforto	82 720,17	71 168,58
Outros serviços	8,00	3,00
Total	393 442,28	289 240,76

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios à exploração concedidos pelo Governo respeitam à comparticipação da Segurança Social referente à ação social da Instituição e do apoio do Instituto de Emprego, Formação Profissional referente a estágios e Câmara Municipal.

Os subsídios ao investimento concedidos pelo Governo em anos anteriores, o quais afetam os rendimentos do exercício em função das depreciações do investimento associado, respeitam a apoio concedido pela Câmara de Caldas da Rainha e Segurança Social (Programa Pares) referente ao alargamento do edifício para lar.

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Total	Outras Ent. - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	997 392,20	19 947,84		
Para ativos fixos tangíveis	997 392,20	19 947,84		
Edifícios e outras construções	997 392,20	19 947,84		
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração	974 723,90	974 723,90	40 004,39	
Valor dos reembolsos efetuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total	1 972 116,10	994 671,74	40 004,39	

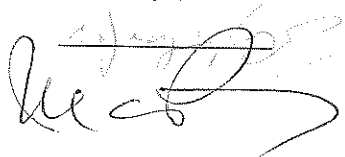
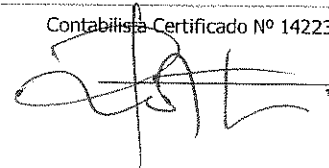
11 - Instrumentos financeiros

11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconheciment o Inicial
Ativos financeiros:			53 571,30		53 571,30
Clientes e utentes			19 018,78		19 018,78
Adiantamentos a fornecedores			1 000,00		1 000,00
Outras contas a receber			33 552,52		33 552,52
Passivos financeiros:			247 917,72		247 917,72
Fornecedores			56 207,21		56 207,21
Financiamentos obtidos			63 887,42		63 887,42
Outras contas a pagar			191 710,51		191 710,51
Ganhos e perdas líquidos:			6 714,89		6 714,89
De ativos financeiros			1 878,00		1 878,00
De passivos financeiros			4 836,89		4 836,89
Rendimentos e gastos de juros:			(626,43)		(626,43)
De passivos financeiros			(626,43)		(626,43)

11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	14 033,88			14 033,88
Resultados transitados	1 549 511,87	43 971,64		1 505 540,23
Outras variações nos capitais próprios	1 319 548,79	35 991,76	83 281,00	1 366 838,03
Subsídios	669 741,42	35 991,76	64 363,00	698 112,66
Doações	649 807,37		18 918,00	668 725,37
Total	2 883 094,54	79 963,40	83 281,00	2 886 412,14

12 - Benefícios dos empregados**12.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas**

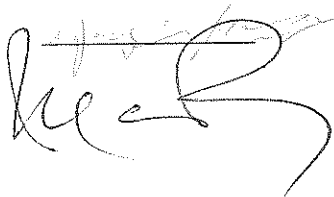
Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	86,00	126 463,00	87,00	142 930,00
Pessoas remuneradas	76,00	126 099,00	80,00	142 566,00
Pessoas não remuneradas	10,00	364,00	7,00	364,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	76,00	124 578,00	80,00	142 566,00
Pessoas a tempo completo	74,00	123 057,00	78,00	140 630,00
(das quais pessoas remuneradas)	74,00	123 057,00	78,00	140 630,00
Pessoas na tempo parcial	2,00	1 521,00	2,00	1 936,00
(das quais pessoas remuneradas)	2,00	1 521,00	2,00	1 936,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	76,00	126 099,00	80,00	142 566,00
Masculino	2,00	3 042,00	2,00	3 872,00
Feminino	74,00	123 057,00	78,00	138 694,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços	16,00	9 984,00	16,00	9 984,00
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário			2,00	968,00

12.3. Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Existem 7 membros dos órgãos diretivos e não ocorreram alterações no período de relato financeiro. Os órgãos diretivos não são remunerados. Existem 3 membros do Conselho Fiscal que não são remunerados.

12.4. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	1 340 754,55	1 292 851,90
Remunerações do pessoal	1 076 460,30	1 047 557,31
Encargos sobre as remunerações	237 551,77	230 686,34
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	9 156,86	8 726,26
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	17 585,62	5 881,99
- formação	12 043,61	2 006,20
- fardamento	3 045,03	1 718,02

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais**15.2. Informação por atividade económica**



Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	1 045 643,83	1 045 643,83
Compras	314 204,95	314 204,95
Fornecimentos e serviços externos	393 442,28	393 442,28
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	313 898,52	313 898,52
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	313 898,52	313 898,52
Gastos com o pessoal	1 340 754,55	1 340 754,55
Remunerações	1 076 460,30	1 076 460,30
Outros gastos	264 294,25	264 294,25
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	2 879 860,05	2 879 860,05
Total das aquisições	101 900,10	101 900,10
(das quais edifícios e outras construções)	42 372,66	42 372,66
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	958 147,52	958 147,52
Compras	263 664,68	263 664,68
Fornecimentos e serviços externos	289 240,76	289 240,76
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	263 664,68	263 664,68
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	263 664,68	263 664,68
Gastos com o pessoal	1 292 851,90	1 292 851,90
Remunerações	1 047 557,31	1 047 557,31
Outros gastos	245 294,59	245 294,59
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	2 929 329,31	2 929 329,31
Total das aquisições	159 008,70	159 008,70
(das quais edifícios e outras construções)	39 797,59	39 797,59
Propriedades de investimento		

15.3. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	1 045 643,83			1 045 643,83
Compras	314 204,95			314 204,95
Fornecimentos e serviços externos	393 442,28			393 442,28
Aquisições de ativos fixos tangíveis	101 900,10			101 900,10
Rendimentos suplementares:	1 277,11			1 277,11
Outros rendimentos suplementares	1 277,11			1 277,11

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	958 147,52			958 147,52
Compras	263 664,68			263 664,68
Fornecimentos e serviços externos	289 240,76			289 240,76
Aquisições de ativos fixos tangíveis	159 008,70			159 008,70
Rendimentos suplementares:	1 363,57			1 363,57
Outros rendimentos suplementares	1 363,57			1 363,57

18 - Impostos e contribuições

18.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	44 697,96	(43 971,64)
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

18.3. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

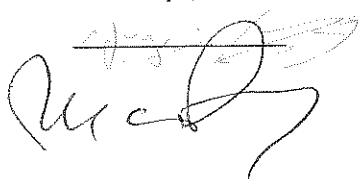
Os saldos finais do ano, respeitam a valores referentes a dezembro a serem pagos em janeiro do ano seguinte

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		8 882,05		8 594,00
Contribuições para a Segurança Social		25 283,90		24 599,12
Outras tributações		338,38		249,56
Total		34 504,33		33 442,68

20 - Fluxos de caixa

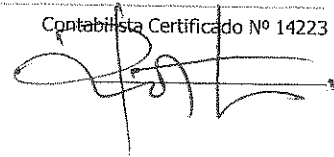
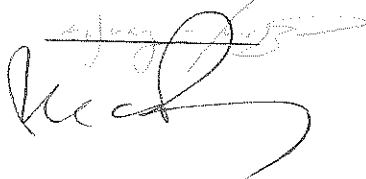
20.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 683,73	40 604,60	41 878,59	409,74
Depósitos à ordem	297 055,26	2 475 384,08	2 310 134,93	462 304,41
Outros depósitos bancários				
Total	298 738,99	2 515 988,68	2 352 013,52	462 714,15




Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 684,81	46 373,91	46 374,99	1 683,73
Depósitos à ordem	338 955,77	2 253 212,77	2 295 113,28	297 055,26
Outros depósitos bancários				
Total	340 640,58	2 299 586,68	2 341 488,27	298 738,99



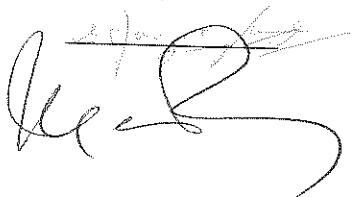
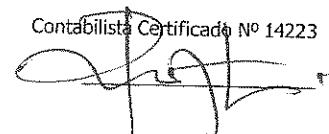
Balanço - (modelo para ESNL) em
31-12-2022
(montantes em euros)

Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 879 860,05	2 929 329,31
Outros créditos e ativos não correntes		13 565,68	13 955,19
		2 893 425,73	2 943 284,50
Ativo corrente			
Inventários	7	6 064,36	5 757,93
Créditos a receber	11	53 571,30	54 402,51
Diferimentos		11 613,17	10 430,89
Caixa e depósitos bancários		462 714,15	298 738,99
		533 962,98	369 330,32
Total do ativo		3 427 388,71	3 312 614,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15		
Resultados transitados	11	14 033,88	14 033,88
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10	1 505 540,23	1 549 511,87
		1 366 838,03	1 319 548,79
Resultado líquido do período		44 697,96	(43 971,64)
Total dos fundos patrimoniais		2 931 110,10	2 839 122,90
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11	63 887,42	93 000,19
		63 887,42	93 000,19
Passivo corrente			
Fornecedores	11	56 207,21	52 403,85
Estado e outros entes públicos	15	34 504,33	33 442,68
Diferimentos		149 969,14	104 899,88
Outros passivos correntes	11;12	191 710,51	189 745,32
		432 391,19	380 491,73
Total do passivo		496 278,61	473 491,92
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 427 388,71	3 312 614,82

Administração / Gerência

Contabilista Certificado Nº 14223

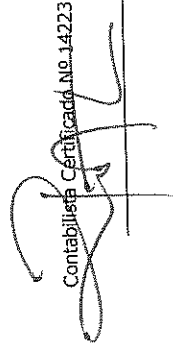
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2022
(montantes em euros)

Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha

DESCRICÃO	NOTAS	FUNDOS	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
1 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021		14 033,88			1 655 105,67		1 291 771,34	(66 257,49)	2 894 653,40		2 894 653,40
2 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	3				(105 593,80)		27 777,45	66 257,49	(11 558,86)		(11 558,86)
3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(105 593,80)		27 777,45	66 257,49	(11 558,86)		(11 558,86)
4 RESULTADO INTEGRAL								(43 971,64)	(43 971,64)		(43 971,64)
5 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								(55 530,50)	(55 530,50)		(55 530,50)
6 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021 6=1+2+3+5		14 033,88			1 549 511,87		1 319 548,79	(43 971,64)	2 839 122,90		2 839 122,90

Administração / Gerência

Contabilista Certificada, N.º 14223

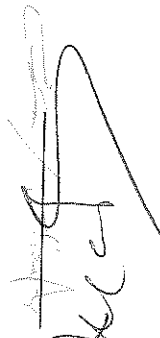


**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em
31-12-2022
(montantes em euros)**

Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamento s/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	14 033,88			1 549 511,87		1 319 548,79	(43 971,64)	2 839 122,90		2 839 122,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3				(43 971,64)		47 289,24	43 971,64	47 289,24		47 289,24
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(43 971,64)		47 289,24	43 971,64	47 289,24		47 289,24
7								44 697,96	44 697,96		44 697,96
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							141 349,22	141 349,22		141 349,22
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022		14 033,88			1 505 540,23		1 366 838,03	44 697,96	2 931 110,10		2 931 110,10
6+7+8+10											

Administração / Gerência



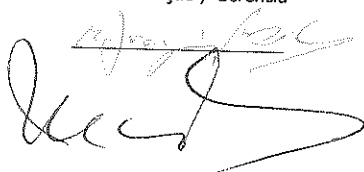
Contabilista Certificado No. 14223


**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2022
(montantes em euros)**

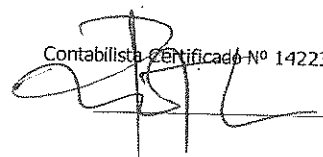
**Centro Social Paroquial de Caldas
da Rainha**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	1 045 643,83	958 147,52
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1 014 728,29	867 514,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(313 898,52)	(263 664,68)
Fornecimentos e serviços externos	8	(393 442,28)	(289 240,76)
Gastos com o pessoal	12	(1 340 754,55)	(1 292 851,90)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	1 879,12	
Outros rendimentos	8	146 382,44	89 002,02
Outros gastos		(11 680,35)	(13 321,43)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		148 857,98	55 584,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	(108 369,36)	(100 769,44)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		40 488,62	(45 184,54)
Juros e rendimentos similares obtidos	8	4 925,04	1 907,34
Juros e gastos similares suportados		(715,70)	(694,44)
Resultado antes de impostos		44 697,96	(43 971,64)
Resultado líquido do período		44 697,96	(43 971,64)

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 14223

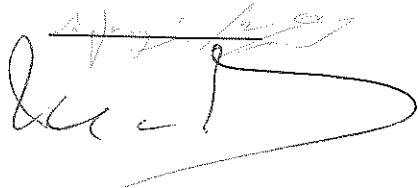


**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em
31-12-2022
(montantes em euros)**

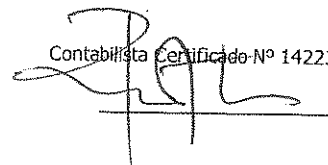
**Centro Social Paroquial de Caldas da
Rainha**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 047 906,29	960 961,63
Pagamentos a fornecedores		682 781,73	565 865,00
Pagamentos ao pessoal		1 340 069,93	1 293 281,90
Caixa gerada pelas operações	12	(974 945,37)	(898 185,27)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(16 768,91)
Outros recebimentos/pagamentos		998 321,20	865 724,22
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		23 375,83	(15 692,14)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	101 900,00	157 981,48
<i>Investimentos financeiros</i>		1 201,97	3 318,27
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	137 000,00	
<i>Investimentos financeiros</i>		1 591,48	3 448,24
<i>Outros ativos</i>		3 360,00	
<i>Subsídios ao investimento</i>		64 363,00	39 336,31
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		103 212,51	(118 515,20)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			117 157,50
<i>Doações</i>		67 214,17	
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		29 112,77	24 157,31
<i>Juros e gastos similares</i>		714,58	694,44
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		37 386,82	92 305,75
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		163 975,16	(41 901,59)
Caixa e seus equivalentes no início do período		298 738,99	340 640,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período		462 714,15	298 738,99

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 14223





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de ativos de 3.427.389 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.931.110 euros, incluindo um resultado líquido de 44.698 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

Por termos sido designados auditores da Entidade pela primeira vez com início dos trabalhos para o exercício de 2021, o âmbito do nosso trabalho foi afetado nomeadamente no que se refere aos saldos de abertura que constavam em outros passivos correntes, nos diferimentos e em ativos fixos tangíveis que afetam a determinação dos resultados das operações, o qual não conseguimos determinar se seriam necessários ajustamentos aos resultados das operações e aos resultados transitados de abertura de 2021.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

1/3



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as



divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 24 de abril de 2023

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 181)
representada por:



Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC n.º 929)
Registado na CMVM com o n.º 20160546

A

ATAS


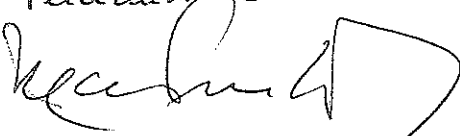
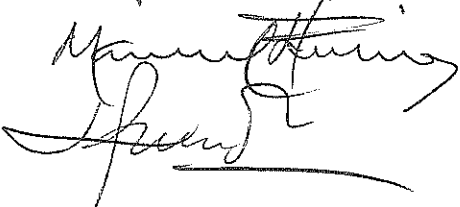
Folha 51

-----ATA NÚMERO 07/2023-----

-----Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas onze horas, reuniu, nas instalações do Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha, a respetiva Direção, estando presentes os seguintes elementos: Presidente, Padre Joaquim Pedro Rodrigues Costa; Vice-Presidente, Luís Manuel Sousa Henriques; Secretário, Fernando António Alves; Tesoureiro, Manuel Pinto Lopes e os Vogais, Padre Alfredo Dionísio Dias Ferreira, Manuel Joaquim Fernandes Ferreira e Luís Paulo Ribeiro, os quais, após audição do Técnico Oficial de Contas que presta serviço ao Centro, análise dos mapas apresentados e obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal, deliberaram por unanimidade:-----

----- Aprovar as contas, referentes ao ano de 2022, expressas no Balanço e Demonstração de Resultados, onde se apurou um resultado líquido positivo de 44 697,96 € (quarenta e quatro mil seiscentos e noventa e sete euros e noventa e seis cêntimos), com aplicação em Resultados Transitados.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos elementos que participaram nos trabalhos.-----


Luís Henriques
Fernando António Alves

Padre Alfredo Dionísio Dias Ferreira
Manuel Joaquim Fernandes Ferreira


Acta nº 45.01.2023

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de Dois mil e vinte e três, pelas onze horas, numa das salas do Centro Social Paroquial das Caldas da Rainha, tendo por finalidade única apreciar e analisar para dar parecer como se impõe que seja, quanto às contas de gestão e actividade deste Centro Social, no que concerne ao ano económico de Dois mil e vinte e dois, conforme é estatutário, reuniram o Conselho Fiscal do referido Centro, a saber: Bernardo José Correia Rodrigues, Presidente, Paulo do Espírito Santo Oliveira, Relator, e Amândio José Linhares, vogal, os quais compõem este Órgão Social.

Iniciados os trabalhos com a apreciação e análise da documentação contabilística entregue pelo técnico que a

elabora, e de cujas explicações obtidas do mesmo na oportunidade ficamos elucidados, no tocante às dúvidas que nos surgiram, concluímos na essencial a obtenção dos valores realizados como receita no total de, dois milhões duzentos e oito mil, seiscentos e trinta e três Euros e sessenta e oito centimos. (€ 2.208.633,68), e na despesa um total de: Dois milhões e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e cinco Euros, e setenta centimos (€ 2.059.775,70), do que resulta um valor real positivo de: cento e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e sete Euros e noventa e oito centimos (€ 148.857,98). (EBITA). Considerando no entanto a verba depreciação/gastos similares a juros, de carácter obrigatório no valor de: Cento e nove mil e oitenta e cinco Euros e seis centimos (€ 109.085,06), faz acontecer o aparecimento do valor positivo em trinta e nove mil, setecentos e setenta e dois Euros e noventa e dois centimos, valor este que adicionado da verba/juros e rendimentos similares obtidos no total de: Quatro mil novecentos e vinte e cinco Euros e quatro centimos (€ 4.925,04), situa o valor final positivo do resultado líquido do exercício em: Quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete Euros e noventa e seis centimos (€ 44.697,96).


Uma vez mais e considerando o ambiente inflacionário, que ainda continua bem notório e outros constrangimentos igualmente perturbadores que dificultam o percurso duma boa gestão, os aumentos dos gastos com o pessoal, com os quais concordamos, pese embora não estarem presentes as respectivas contrapartidas, nomeadamente nos reembolsos/leia-se reposições desses custos nos valores considerados, nos valores, nos pagamentos feitos pela Entidades públicas às substituições de solidariedade social como seria justo que acontecesse, mantemos a nossa apreciação muito positiva quanto ao desempenho do órgão administrativo/executivo, não esquecendo todos os colaboradores desta Instituição em geral, que propiciaram a obtenção deste resultado, do Órgão executivo pela sua dedicação abnegada e actuação dedicada, criteriosa e exigente, aos restantes colaboradores pela sua entrega e disponibilidade, sentido de responsabilidade e "disponibilidade" nos momentos de maior dificuldade e exigência que

 10

aconteceram e foram superados, a todos vós, manifestamos um agradecimento muito cheio de gratidão. ~~Boa noite.~~

Finalmente manifestamos a recomendação da aprovação destas contas de gestão, uma vez o nosso parecer favorável, pela concordância total com as mesmas.

Nada mais havendo a tratar, dado que é este o único ponto dos trabalhos, deu-se a reunião por encerrada, tendo-se da mesma lavrado a presente acta que após a sua leitura e concordância unânime com o conteúdo aqui inserto, foi aprovada também por unanimidade e vai ser assinada por todos, a fim de que produza os devidos e legais efeitos.


Paulo do Espírito Santo Oliveira
Amândio José Vieira

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo nº 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 1724/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2022 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.cspcr.com em 31 de maio de 2023.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 1724/2014 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2022 a entidade.
 - Realizou obras superiores a 25,000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
 - A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

Os órgãos de administração:

Centro Social Paroquial de C. Rainha
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]